

Crédito X Renda

■ O FOCO DE PREOCUPAÇÃO DO MINISTRO GUIDO MANTEGA É A AMPLIAÇÃO DO PRAZO DO CREDIÁRIO

■ PARA A EQUIPE DE HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BC, RENDA MAIOR AUMENTOU DEMANDA INTERNA

Não é preciso muito para notar as diferentes opiniões entre a equipe econômica do Ministério da Fazenda e a do Banco Central sobre as causas do aumento da demanda interna. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, demonstra preocupação com o ritmo de expansão do crédito, que poderia estar evoluindo em condições inadequadas.

A atenção de Mantega tem foco no prazo dos empréstimos, que, em alguns casos, como o financiamento de veículos, pode chegar a 99 meses. Para o ministro, esse prazo poderia ser excessivo. Além da preocupação com a qualidade do crédito, Mantega também têm dado sinais de que o forte crescimento dos empréstimos pode estar pressionando os preços, ao elevar a demanda interna.

O tom do discurso é um pouco diferente do ouvido no Banco Central, liderado por Henrique Meirelles. Para a autoridade monetária, essa preocupação com o crédito existe, mas em proporções muito menores. Para o BC, o próprio governo tem ajudado no aumento da demanda, e conseqüentemente na elevação dos preços, com os programas de transferência de renda. No Relatório de Inflação divulgado na última quinta-feira, o BC destaca que um dos principais fatores de impulso da demanda interna é o aumento da renda e não o crédito.

"A renda, a massa salarial, é tão ou mais importante em algumas regiões e em alguns casos que o crédito", afirma o diretor de Política Econômica do BC, Mario Mesquita. Ele dá como exemplo a recomposição da renda agrícola, verificada principalmente no Sul e no Centro-Oeste em 2007. Esse fenô-

meno fez, segundo ele, as vendas no varejo nessas regiões dispararem. No Sul, as vendas cresceram 13,4% e, no Centro-Oeste, 15,8% no ano passado. Em 2006, a expansão havia sido muito menor, de 3,6% e 5,3%, respectivamente.

Para reforçar a tese, Mesquita lembrou que os bens duráveis – como os automóveis, geralmente adquiridos com crédito – respondem por 9,8% do IPCA. O percentual é inferior ao peso dos bens semiduráveis e não-duráveis – como alimentos e vestuários, que são mais ligados à renda – que têm participação de 26,5% no índice de inflação usado no regime de metas. A comparação foi usada pelo diretor do BC para mostrar que, potencialmente, a renda pode causar um impacto no IPCA maior do que o crediário.

■ Transferências

Outro ponto de visão diferenciada ficou explícito com a observação de Mesquita sobre o aumento da demanda no Norte e Nordeste. Nessas regiões, cuja média de rendimento é inferior à registrada no restante do Brasil, os indicadores ligados à renda, como a venda do varejo, também têm crescido. Para o diretor do BC, o fenômeno ocorre nas duas regiões como resultado do aumento das transferências governamentais à população. Essas transferências são, basicamente, os programas sociais do governo. As transferências governamentais são freqüentemente citadas nos documentos do BC como fatores que potencializam a demanda interna e ajudam a pressionar a inflação.

